

"As comemorações pela abolição na Corte Imperial: Política e Cidadania"

Camila Mendonça Pereira *

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a luta política dos negros durante as comemorações da Abolição na cidade do Rio de Janeiro. Essa análise da luta política tem o objetivo de identificar uma busca pela cidadania em um momento em que a ideia de “ser cidadão” estava sendo reformulada.

Abstrac: The present work intends to analyse the political fight of black people during the celebration of abolition in the city of Rio de Janeiro. This analyse of political fight has the objective of indetifying a search for citizenship in a moment in which the idea of “being a citizen” was being reviewed.

Para o Império, os anos de 1888 e 1889 representam os seus estertores. Nesses dois anos o Império ver se as voltas de uma difícil tarefa: não sucumbir após a abolição. Sem apoio dos proprietários rurais que sofrem baixas em suas finanças devido o fim da escravidão, o governo imperial parece cambalear. Mesmo com o apoio da grande parte da população de cor, que celebra o fim da escravidão dando vivas à família Imperial, o Império não consegue se manter de pé. No dia 15 de novembro de 1889, o Império cai.

Mas entre maio de 1888 e novembro de 1889, o Império enfrenta a discussão sobre o futuro dos libertos. O governo imperial adota a estratégia de silenciar ao máximo o assunto. Discutir a situação dos libertos equivale discutir a extensão da cidadania para a população de cor e a sua inclusão no corpo nacional. Esse assunto encontra muita oposição entre os intelectuais que vêm essa parcela da população como uma *barbárie*. Essa preocupação atormenta muitos neste momento, mas principalmente os que defendem um projeto de progresso pelo branqueamento da população e “civilização” da “escória”, compostas pelos “brutais” saídos da escravidão(MATTOS, Anais da BN, 1996).

Mesmo com esse esforço de silenciar a importância que a abolição teria na vida nacional. Não há como esconder a imensa alegria da população de cor ao receber a notícia que a escravidão havia chegado ao fim no Brasil.

A emoção de Manoel Benício dos Passos, conhecido como “Macaco Beleza”, um negro liberto da Bahia, descrita por Teodoro Sampaio, ilustra a importância da Lei Áurea, que libertou 700 mil almas¹. Sampaio diz que o negro “chorou por longo tempo; de seus olhos se

* Mestranda – Universidade Federal Fluminense

¹ Números citados por Hebe Mattos. MATTOS, 2000..

enxugavam as lágrimas e a sua atitude merece geral atenção”². Teodoro Sampaio estava com a razão. A atitude do liberto “Macaco Beleza”, realmente “merece geral atenção”. Essa reação do liberto é ilustrativa para mostrar que a Lei Áurea representa mudanças que os ex-escravos julgavam importantes. As relações cotidianas entre os “novos” homens livres e seus antigos senhores, com o fim do cativo, sofrem transformações, principalmente na condição básica da autoridade senhorial: mandar e ser obedecido. Agora os antigos senhores passam a ter de negociar as condições de trabalho com os ex-cativos de forma mais intensa do que a do tempo do cativo.

A mudança no cotidiano não acontece apenas para os ex-escravos e seus antigos senhores. Os libertos e negros livres, enfim, conquistam de vez o direito civil de ir e vir, sem correr o risco de serem confundidos com escravos fugidos.

Essa mudança está presente nas formas como a festa foi vivenciada, nos seus significados. Durante a festa a áurea da liberdade já é apreciada pelos negros e julgada pelas elites. A forma como os negros desfrutaram da liberdade tomaram parte dos jornais desses dias de festa.

A historiografia tem consagrado o movimento abolicionista no Brasil como o maior movimento popular da história do país. Desde a aprovação da lei do Ventre Livre, a questão torna-se o assunto mais comentado e divulgado pelos jornais. A abolição nas últimas décadas do Império é o assunto que se debate por toda parte (CHALHOUB, 2003. e MACHADO, 1994)

Essa popularidade do abolicionismo faz com que a abolição seja recebida com festa. No mesmo dia em que é sancionada a Lei Áurea, num domingo chuvoso, acontecem comemorações pela liberdade em todo o Brasil. São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santos, todas as províncias são tomadas pelos grandes festejos. O Jornal do Comércio publica telegramas vindos de todas as províncias anunciando as festas pela extinção do cativo e anunciando mais dias de comemorações. Um desses telegramas que pode ser usado aqui exemplo foi o que saiu de fortaleza:

Fortaleza, 13 de maio.

A notícia da sanção da lei foi aqui recebida com vivíssimo entusiasmo. Anunciada por uma salva de girândolas e uma salva de artilharia, enorme multidão aglomerou-se nas principais ruas, principalmente em frente do edifício do ‘libertador’ [...]

² Apud. IHGBa, Teodoro Sampaio, *O Abolicionismo*, manuscrito inédito do autor, s.d., pasta de Teodoro Sampaio. FRAGA FILHO, 2006

As sete horas da noite houve seção pública na praça [...] presidida pelo presidente da província. Toda cidade iluminada, praças e ruas embandeiradas. Festas por toda a parte. Amanhã fechadas as casas de comércio e repartições públicas. A imprensa dará edição especial reunidos todos os jornais. As festas duraram três ou mais dias.
(Jornal do Comércio, 14 de maio de 1888)

Esse foi o conteúdo que se repetiu em muitos telegramas mandados para a Capital do Império.

Porém, é na Capital do Império que as festas pela liberdade se realizam com mais retumbância. Celebrações religiosas (ABREU, 2001), como a grande missa do Campo de São Cristóvão, e profanas, com batuques, fogueiras, cantos e danças. A cidade do Rio de Janeiro desfruta de um clima de extrema alegria, festejado por muitos. Mas com considerável destaque para sua enorme população negra. Esse clima da cidade do Rio de Janeiro também é noticiado.

As onze horas da manhã, precedidas de duas bandas de música, saíram incorporadas, da rua do Ouvidor, todas as sociedades abolicionistas com seus estandartes e acompanhadas de extensa coluna de povo,[...]. Durante o trajeto levantaram vivas, que eram correspondidos entusiasticamente. Não é possível descrever [...] o que se passou quando o presidente do senado anunciou a aprovação definitiva do projeto. O povo tomado de verdadeiro delírio, invadiu o recinto, levantando vivas aos senadores e ao ministério, do alto caíram nuvens de flores; retumbavam as aclamações maiores libertadores do abolicionismo, os risos e as lágrimas de alegria, tudo se confundia [.... ali estavam júbilos por ver a pátria livre. [...]
Aclamações que pareceu intermináveis[...]
(Jornal do comércio 14 de maio de 1888)

Um dos principais palcos desses irreverentes festejos é a cidade do Rio de Janeiro, e a escolha dessa cidade para a realização de um evento comemorativo que durou uma semana não obedece ao acaso. Era dela, conforme Maria Helena Machado, que partia grande número dos comandos abolicionistas para o interior. Era na Corte que o grupo abolicionista centralizava as suas ações de colaboração com os atos de rebeldia escrava, que levavam pânico aos senhores cafeeiros do Médio Vale Paraíba (MACHADO, 1994).

A cidade do Rio de Janeiro irrompe como local de conflito e de negociação durante todo o processo de emancipação, desde a aprovação da Lei do Ventre Livre, até o estouro da

grande festa. O conflito entre múltiplas identidades que viviam na Corte imperial é, desta forma, representado na festa, tal como novas vias de negociação, que adentram o período Republicano. Logo, os festejos marcam a possibilidade do início de um novo tempo, de uma nova Cultura Política, de lutas por direitos que – respeitadas as devidas proporções, assim como as particularidades de cada período histórico – sobrevivem até os dias de hoje.

Somado a isso, era dentro dos limites dessa cidade que se concentrava, em alto número, a população negra. No censo de 1849 aparecem 78.855 cativos e 10.739 libertos (CHALHOUB, 1990), o número de cativos diminui com o caminhar do processo de emancipação, mas os libertos e negros livres aumentam, principalmente se considerarmos um fluxo populacional do interior da província para a cidade ². Essa parte da população move a festa com admirável esplendor, tendo muito a festejar: o momento anuncia o início de uma nova era, uma nova cultura caracterizada por Eduardo Silva, como a Cultura da liberdade. O “novo tempo” anunciado pela festa é caracterizado pela possibilidade de uma nova configuração das relações entre os indivíduos no cenário social. O recente arranjo lhes dá motivos suficientes para percorrer a semana toda com suas celebrações e para reeditar esses festejos nos dias seguintes.

Parte elite brasileira, preocupada com um projeto civilizatório para a nação, almejava a abolição da escravidão sem qualquer ameaça à ordem. Contudo, as comemorações que seguiram a abolição podem ter sido vistas por esse grupo social como o início de uma desordem generalizada resultante do direito à liberdade alcançado pelos ex-escravos. Esse diagnóstico pode se tornar mais alarmante à medida que for considerado o longo período que desenrolaram os festejos na Capital, parecendo “intermináveis”, para este grupo abastado, como informa Walter Fraga Filho e como aparece nas notícias dos jornais.

As comemorações pela sanção da Lei Áurea não se restringem ao dia treze de maio de 1888, noticiadas pelos jornais diariamente até o dia 20 de maio. No entanto, esse evento não pode ser analisado como uma simples comemoração: exige um olhar mais atento, lentes bem ajustadas capazes de aproximar o que está sendo vivenciado pelos agentes, mormente pelos homens de cor, nesses dias de festa (THOMPSON, 1998, e GINZBURG, 1991).

A historiografia tem apresentado como os senhores e seus respectivos escravos viviam em uma relação de negociação e conflito(REIS, João & SILVA, 1989). Porém, as festas comemorativas pelo fim da escravidão no Brasil anunciam novas delimitações para essa lógica. Esse diálogo conturbado entre os dominados e dominantes, adquire, então, novas dimensões e significados, o que resulta, se não em uma redução das diferenças, certa releitura acerca das distâncias entre essas duas categorias.

As comemorações pelo fim do cativeiro mostram o quanto essa população negra continuava mantendo os seus costumes. Nessa direção Thompson pode contribuir para esse trabalho. Para Thompson a manutenção dos costumes é uma forma da parcela da população oprimida de resistir, mantê-los é a maneira encontrada pelos de baixo de resistir às normas impostas pelos de cima. Os sujeitos sociais recorrem ao passado, e segundo Thompson, selecionam e acionam o que é mais útil para defender os seus interesses nos conflitos presentes (THOMPSON, 1998). Assim, parece que a população de ex-escravos faz uso de seus batuques e danças, descritas como lascivas, percorrendo as ruas da cidade, como uma forma de resistência às tentativas de silenciamento que sofriam, utilizando as mesmas formas que lhes foram úteis para resistir a escravidão.

A primeira vista, isso pode parecer contraditório, mas a lógica dos sujeitos pode muitas vezes ter essa característica. Porém, esse acionamento de ferramentas utilizadas como resistência a escravidão podem ser simbólicas e objetos muito ricos se forem analisadas como forma de dizer que a luta não se encerrou com a abolição. Havia outros pontos que ainda estavam em disputa, como por exemplo, os direitos de cidadãos livres, que requeriam novas lutas e estratégias desses homens de cor.

É imprescindível a participação desses homens de cor nesses festejos, que para Walter Fraga, fazem da festa o início de uma luta política para a entrada na vida pública, e nada melhor do que começar por meio de um ato público. Eduardo Silva (SILVA, 2001), também fala que, pela festa, a população impede a reação dos escravocratas.

Com a abolição da escravatura os ex-escravos não são mais coisificados. Eles passam a ocupar um novo estrato na hierarquia social, o que implica uma aproximação dos ex-senhores. Contudo, a luta desses homens saídos do cativeiro não se encerra na conquista da liberdade. Há todo um caminho a percorrer, em busca de visibilidade, direitos e cidadania ³. Os homens de cor norteiam-se por esses ideais mesmo no momento que seguiu a abolição, quando há uma redefinição da noção de cidadania.

A luta por direitos é traduzida em uma luta mais radical: a de inclusão no corpo de cidadãos brasileiros. A cidadania em disputa na festa da abolição não é a que segue o modelo de Marshall (MARSHAL, 1967), pois não ocorre pela obtenção dos direitos civis, políticos e sociais, e nem o modelo negativo, conforme é descrita a cidadania brasileira por José Murilo

³ Os trabalhos de Hebe Mattos são referências para a análise e aprofundamento na questão das lutas por visibilidade e por direitos dos negros no Pós- Abolição. MATTOS, 1995. MATTOS, Hebe & LUGÃO, 2005.

de Carvalho ⁴. No contexto dos festejos pela abolição, a cidadania está na forma de fazer política pelos meios acessíveis a população de cor da cidade do Rio de Janeiro, é a forma que esses homens e mulheres encontram de reivindicar novas condições e estabelecer novas regras ao jogo social, deixando no passado as regras da sociedade escravista. A festa da abolição é escolhida para essa empreitada, pelo momento propício em que ela ocorre, mas também por ser um local importante para a população de cor reivindicar os seus direitos, no novo Brasil, o Brasil Livre. Os dias de festa para celebrar o fim do cativeiro, eram os momentos em que os homens de cor vão para as ruas da cidade fazer política, e fazer escutar as suas exigências, as suas novas condições.

O 13 de maio pode ser tanto o momento em que o passado escravista é mais lembrado, como a lembrança de que o cativeiro ficou para trás, e que agora eles podem ser cidadãos brasileiros. Nesse momento, era importante destacar que eles eram iguais a qualquer cidadão livre e para tal objetivo, o passado escravista deveria ser apagado, assim como a cor não identificada. Nos jornais que noticiaram a festa a cor desses libertos não aparece. Eles são descritos como brasileiros, como indivíduos que vão engrossar o corpo de cidadãos brasileiros, mas sem a identificação da cor. Hebe Mattos indica esse silenciamento da cor como uma estratégia dos negros para se afirmar como cidadão, iguais aos outros homens livres (MATTOS, 2004). Esse silenciamento, segundo a autora, não foi usado apenas pelas elites brasileiras, mas também pelos próprios homens de cor. Nos dias que sucederam abolição, os negros que saíam do cativeiro eram simplesmente os novos cidadãos brasileiros, com a sua cor silenciada. Um trecho do Jornal do Comércio é bastante ilustrativo para o caso, nele se afirma que a Lei que poria um fim definitivo na escravidão no Brasil, não era

Exclusiva aos ex-escravos, porque é preciso impedir cuidadosamente todo o fomento de desigualdades e fermento de irritação [...]. Agora que a população nacional, dentro de alguns dias, digamos de algumas horas, receberá o suprimento de não menos de 600.000 indivíduos para quem se abre o gozo inevitável, mas ao mesmo tempo a responsabilidades, para eles totalmente desconhecida, da direção da liberdade é incontestável a agravação dos perigos sociais[...]

Da classe dos antigos escravos sairá certamente (pelo menos esta nossa convicção e a nossa esperança) grande número de bons trabalhadores, sóbrios, morigerados, dóceis e afetos a aspereza do trabalho...

⁴ Essa idéia de uma cidadania em negativo é defendida em diversos trabalhos de José Murilo de Carvalho. CARVALHO, 1987. CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. IN: Estudos Históricos, n. 18, 1996. Rio de Janeiro, FGV. CARVALHO, 2001.

[...] muitos antigos escravos na [ilegível] com firmeza a embriaguez da aura da liberdade [...] [muitos] de má índole terão de formar contingente para engrossar essa corrente de elementos que infestam em toda parte a sociedade [...]

[...] impedindo por todos os meios de legítima intervenção nos defeitos de liberdade os efeitos naturais de transição tão profunda [...].

(Jornal do Comércio, 11 de maio de 1888)

Os homens que festejavam também parecem possuir cor. Nos jornais aparece povo, população, grupo de pessoas, mas não as identificam. Nesse momento parecia ser importante não registrar a cor. No dia 14 de maio de 1888, os jornais noticiavam a festa:

Desde as primeiras horas de ontem notava-se extraordinária animação na população, que anunciava-se pela última palavra do senado sobre o projeto de lei que declarava extinta a escravidão no Brasil.

[...] as 11 horas da manhã, procedidas de suas bandas de música, saíram incorporada, da rua do Ouvidor, todas as sociedades abolicionistas com seus estandartes e acompanhadas de extensa coluna de povo[...]

[...]

Todos os órgãos da imprensa diária fluminense receberão com saudações e ao som dos hinos nacional e da independência aquela extensa e compacta coluna de milhares de cidadãos [...]

[...]

Durante o resto da tarde e á noite continuarão ás manifestações de entusiasmo do povo. [...]

Povo, população e cidadãos eram os termos que apareciam para denominar os participantes da festa. Em momento algum, ao falar da festa, os jornalistas identificam a cor dos sujeitos.

Portanto, as festas em comemoração a extinção do cativeiro, durante o período de 1888 a 1898, revelam sentimentos e expectativas dos ex-escravos pela liberdade e direitos que dela poderiam provir. Segundo Walter Fraga, os ex-escravos desejam se distanciar do passado escravista e afirmar a sua nova condição de libertos. Isso esbarrará em limites materiais e simbólicos herdados da escravidão. Mas, esses dias, irrompem como o momento de se questionar o mundo das elites e tentar modificar as relações cotidianas de poder. E ao mesmo tempo, os ex-senhores, vêm a festa como um momento de “embriagues” e entusiasmo. Assim, as festas pela abolição na cidade do Rio de Janeiro representam momentos de disputas entre possibilidades e limites da liberdade.

BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, Martha. “Pensamento Católico, Abolicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro”. IN: Marcos Pamplona (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880 -1900). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.
- BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política” IN: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Editorial Estampa. 1998.
- BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 116 (1996). Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A Abolição como problema histórico e Historiográfico. In: Idem (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1988
- CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre los modos de producción coloniales da América” IN: ASSAUDORIAN, Carlos Sempat, ET AL. Modos de producción em América Latina. Córdoba, Cuaderno de pasado e presente (40).
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A formação da alma: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. “Cidadania: tipos e percursos”. IN: *Estudos Históricos*, n. 18, 1996. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. “Medo Branco de almas negras: escravos líberos e republicanos na cidade do Rio”. IN: *Discursos Sediociosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Sumará.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro, Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro: UCAM/Ed.34, 2000.
- GINZBURG, Carlo & CASTELNU, Enrico & PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. IN: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. “O Inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações”. IN: *Idem. A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª Edição, 2005.
- _____. “História, historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões”. IN: SOHIET, BICALHO & GOUVÊA. *Culturas Políticas*, Rio de Janeiro, Mauad. 2005.

GOMES, Tiago de Melo. “Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930” IN: *Revista Afro-Ásia*, n.29/30, 2003. pp.175-198.

HALL, Stuart. “Identidade Cultural e diáspora”. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni. “Introdução”. IN: *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a micro-história”. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992. P.135.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Calçamento e Batatas: o Conselho Municipal e a Cidade (Capital Federal, 1892-1902)”. IN: M. Abreu, R. Soihet e R. Gontijo. *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “História e Cidadania: por que ensinar história hoje?” IN: M. Abreu e R. Soihet (org.). *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade*. Campinas: São Paulo. Unicamp/CMU, 2005.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. “*Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*”. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

MARZANO, Andréa. “Ascensão social, participação política e abolicionismo popular na segunda metade do século XIX”. IN: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, João & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. IN: P. Burke (org.). *A Escritura da história: Novas perspectiva*. São Paulo, UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. “Integração, Globalização e Festa. A Abolição da Escravatura como História Cultural”. IN: Marcos Pamplona (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

_____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. Companhia das letras, São Paulo, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

_____. “Folclore, Antropologia e História Social”. IN: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.) *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.